

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

**Local: Sala de reuniões da Licitação - Centro Administrativo - Londrina – PR**

**Data: 22 de setembro de 2015**

**Horário: 08h00 horas (1ª convocação) - 08h30 (2ª convocação)**

1 Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e quinze realizou-se reunião ordinária  
2 do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina, na Sala de Licitações, localizada  
3 nas dependências da Prefeitura Municipal de Londrina, sito à Av. Duque de Caxias, 635 –  
4 Jardim Mazzei II. Os participantes desta reunião foram registrados em lista de presença  
5 devidamente arquivada. A reunião é iniciada em segunda chamada às 08h45 e a presidente  
6 Karoline Lombardi coloca para aprovação a ordem do dia, que é a seguinte: **1. Atas (11/08 e**  
7 **18/08); 2. Mobilização Social do CEU; 3. Chamamento; 4. Capacitação; 5. Relato**  
8 **Comissões; 6. Palavra aberta; 7. Informes; 8. Outros.** Inicia-se a reunião com a seguinte  
9 discussão, **1. Atas (11/08 e 18/08)** - Luana explica como será o procedimento para aprovação  
10 das atas, e como serão encaminhadas. Esclarece que a ata do dia 11 de agosto já foi  
11 aprovada ficando, portanto, a ata do dia 18 de agosto para aprovação. As atas pendentes  
12 serão encaminhadas por e-mail para apreciação e leitura dos Conselheiros. As atas  
13 pendentes da gestão anterior serão encaminhadas para os Conselheiros desta e da gestão  
14 anterior para conhecimento e aprovação. **Aprovação da pauta** - Acrescenta-se a pauta uma  
15 fala sobre o **Cofinanciamento Estadual** e sobre o **IGD SUAS para Proteção Social Básica**  
16 **- PSB e Proteção Social Especial - PSE.** Aprovada a pauta, segue-se com **Mobilização**  
17 **Social do CEU** – Luana passa a palavra para Lívia, psicóloga que coordena o CRAS Oeste  
18 B, que faz um breve relato sobre o Centro de Artes e Esportes Unificados - CEU, localizado  
19 na região oeste, atrás do Colégio Polivalente. É informado sobre o recurso de R\$ 21.950,00  
20 destinado à realização de oficinas de mobilização social, no total de 7. Embora esteja em  
21 funcionamento, Lívia informa que há pré-requisitos necessários para inauguração do CEU,  
22 que deverá ocorrer no dia 30 de novembro. Também é informado sobre as reuniões que vêm  
23 sendo realizadas naquele espaço. Na sequência, é feita uma prestação de contas sobre a  
24 utilização destes recursos. Maysa informa detalhes sobre a utilização de recursos e o termo  
25 de referência assinado com o Ministério da Cultura e a Caixa Econômica Federal. Ao final,  
26 Lívia fala sobre o decreto que deverá ser publicado para instituição do grupo gestor e sobre a  
27 necessidade de parecer deste Conselho. Gisele lembra que o recurso voltado às ações de  
28 mobilização foi depositado na conta do Fundo Municipal Assistência Social e, por isso, o  
29 pedido da assinatura de parecer neste Conselho. Em seguida, Karoline faz a apresentação  
30 do documento a ser preenchido e assinado. Annelise questiona sobre o acompanhamento  
31 deste trabalho o que não ocorreu neste Conselho. Karoline sugere que a Comissão de  
32 Acompanhamento faça uma visita ao local. Sandra Nishimura lembra que em reunião deste  
33 Conselho, ocorrida no mês de março deste ano, discutiu-se uma proposta de  
34 acompanhamento, a qual não teve efetividade. **Encaminhamento** A questão será  
35 encaminhada para a Comissão de Acompanhamento, a fim de que faça uma visita ao CEU e  
36 traga um parecer a este Conselho. **Cofinanciamento Estadual** – Gisele fala que no ano de  
37 2014 o Município de Londrina foi inserido no cofinanciamento estadual, sendo ofertados os  
38 pisos relativos ao Centro POP, ao Acolhimento para Pessoas Adultas e ao Acolhimento para

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

39 Crianças e Adolescentes. O Município de Londrina procedeu o aceite ainda no ano passado e  
40 aguarda até o momento o início dos repasses. Informou que a Secretaria Estadual, por meio  
41 do Escritório Regional de Londrina, recebeu a notícia de que estão abertos, para  
42 preenchimento pelo órgão gestor e aprovação do Conselho, os Planos de Ação relativos a  
43 dois desses pisos – o relativo ao Centro POP e o do Acolhimento Adulto, com prazo de  
44 entrega no dia 25 de setembro de 2014, próximo. Samia informa sobre os dois  
45 cofinanciamentos, mostrando detalhes numa apresentação que é projetada e que demonstra  
46 as propostas de Plano de Ação para uso dos dois pisos cujo repasse deve ser iniciado.  
47 Samia também lembra a pactuação que foi realizada em 2014, com assinatura de uma  
48 resolução emitida por este Conselho e, por este motivo, sugere que se observe sobre o  
49 repasse retroativo. Gisele comenta que na resolução referente à aprovação desses planos de  
50 ação seria importante que esta observação seja feita. **Encaminhamento** O Conselho aprova  
51 os Planos de Ação de R\$ 5.000,00 por mês para Acolhimento para Pessoas Adultas e de  
52 R\$ 11.500,00 para o Centro POP. As resoluções deverão ser redigidas. Após esta  
53 aprovação, Samia apresenta dados financeiros sobre o Centro POP e a proposta do Governo  
54 do Estado em cofinanciar R\$ 11.500,00 por mês. Samia solicita que este Conselho observe  
55 os valores investidos por este Município no Centro POP. Deliberado sobre este ponto de  
56 pauta, Karoline passa a palavra para Sandra Nishimura que apresentara o **IGD SUAS para**  
57 **Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE** – Sandra informa que no  
58 dia 16 de outubro, das 8 às 14h, serão realizadas oficinas de sensibilização, entre elas, com  
59 o Grupo Teatro do Oprimido. Sandra vem a este Conselho solicitar autorização para  
60 utilização de recursos para ofertar um coffee break no valor de R\$ 909,60. Outra situação  
61 exposta por Sandra é que, no dia 06 de novembro, a assistente social Ana Lígia Gomes, ex-  
62 secretária nacional de assistência social e que esteve na nossa Conferência Municipal, fará  
63 uma reunião ampliada em Londrina sobre Benefícios Eventuais. Ana Lígia não cobrará pro  
64 labore nessa atividade, mas o Município precisaria bancar os custos da viagem e  
65 permanência em Londrina. Para tanto, Sandra solicita aprovação para utilização de recursos  
66 do IGD também para este fim, inclusive um adiantamento no valor de R\$ 300,00 para  
67 alimentação. **Encaminhamento** A destinação destes recursos é aprovada por este Conselho.  
68 Havendo debatido e deliberado sobre este ponto de pauta, passa-se ao **Chamamento** –  
69 Karoline passa a palavra para Eliane, que observa que a Comissão de Chamamento está  
70 presente, e que foi discutido sobre o serviço de residência inclusiva e definido que esta  
71 Comissão problematizasse junto a este Conselho acerca da situação da inscrição. Gisele  
72 coloca que nenhuma entidade em Londrina tem inscrição para esse tipo de oferta específico,  
73 tendo apenas no acolhimento institucional em geral e pondera que esse fato não deveria ser  
74 impeditivo para a participação no Chamamento e Cirlene sugere que seja encaminhada essa  
75 questão de acordo com a Resolução que estabelece prazo de 6 (seis) meses para a inscrição  
76 específica. **Encaminhamento:** Aprova-se o encaminhamento proposto e delibera-se que a  
77 Comissão de Chamamento discuta este assunto. Em seguida, Gisele retoma a palavra e  
78 apresenta algumas correções sobre as metas apresentadas e que deveriam ser corrigidas no  
79 edital publicado. Primeiramente lembra que este conselho já havia deliberado pelo valor de  
80 R\$ 30.000,00 para as oficinas do CREAS II e que esse valor não constou no edital, havendo

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

81 necessidade de corrigir esta informação, acrescentando-se mais R\$ 2.500,00 ao valor mensal  
82 que foi publicado. Outra questão a ser corrigida é o número de metas do Programa de  
83 Aprendizagem e Qualificação Profissional para Adolescentes que, conforme havia sido  
84 informado pela Secretaria Municipal do Trabalho, foi publicado com 1005 metas, mas que na  
85 verdade são 1006. Além disso, tínhamos ficado com a pendência de definir a forma de  
86 mensuração das metas a ser adotada para o controle do cumprimento dos convênios no que  
87 se refere às seguintes modalidades constantes do chamamento: Apoio Sociofamiliar e  
88 Projeto de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva. Após discussão  
89 interna da Secretaria Municipal de Assistência Social, chegou-se à seguinte proposta: para o  
90 Apoio Sociofamiliar, utilizar como parâmetro o número de 300 famílias acompanhadas e 1200  
91 procedimentos; e para o Projeto de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão  
92 Produtiva, 200 procedimentos, incluindo-se aqui o acompanhamento técnico aos  
93 empreendimentos econômico-solidários firmados, o acompanhamento técnico aos  
94 empreendimentos em formação, as oficinas de sensibilização, as oficinas de rede solidária, a  
95 ação comunitária e o apoio e incentivo à comercialização. Na sequência, Sandra Nishimura  
96 faz um esclarecimento sobre o número de grupos em relação a ações, dizendo que, por  
97 muitas vezes, os procedimentos realizados são muito significativos, mas nem sempre  
98 resultam em grupos formados. Além disso, o número de grupos engessa a forma de gestão  
99 e, por vezes, a fusão de grupos fica inviabilizada devido à necessidade de cumprimento das  
100 metas. Já em relação ao sociofamiliar há situações de famílias atendidas, que chegam ao  
101 CRAS, mas não demandam acompanhamento por terem as situações apresentadas  
102 superadas, mas há aquelas que precisam de acompanhamento. As acompanhadas são as  
103 que demandam maior atenção por não terem as situações superadas imediatamente ao  
104 atendimento. O Relatório Mensal de Atendimentos – RMA tem estas especificações. Essa  
105 diferença de situações justifica a adoção de dois formatos de registro de metas. Em seguida  
106 inicia-se o ponto de pauta seguinte e Sandra Nishimura passa a falar do Cadastro Único.  
107 Salienta que esse Cadastro é uma responsabilidade do Município e não somente da  
108 Assistência Social, lembrando de discussão anterior ocorrida neste Conselho. Na sequência,  
109 Sandra faz uma apresentação sobre o Cadastro Único, ressaltando que são muitos os  
110 programas federais, estaduais e municipais que hoje se utilizam dessa ferramenta. Durante a  
111 apresentação várias questões são respondidas e algumas dúvidas são esclarecidas. Sandra  
112 informa que, após uma grande discussão, está sendo proposta a implantação de uma Central  
113 de Atendimento de Cadastro Único, concentrando no mesmo espaço a Gerência de  
114 Transferência de Renda. Nesta Central ficariam os cadastradores, a serem contratados via  
115 contrato a ser firmado (estuda-se a possibilidade de ser com o ITEDES), junto com a  
116 Gerência de Transferência de Renda, atualmente localizada na Rua Ibiporã (próxima à rua  
117 Maringá). Será, para tanto, buscado um espaço no Centro da cidade, preferencialmente  
118 próximo ao Terminal Urbano. Novamente uma série de questões é levantada e debatida.  
119 Tércia usa a palavra para falar sobre as vantagens de um local destinado somente para o  
120 Cadastro Único e enfatiza a necessidade de ser um local de fácil acesso e central. O debate  
121 continua com várias ideias, preocupações e questões sendo levantadas e Sandra salienta  
122 que o cadastramento no CRAS não significa, necessariamente, facilidade de utilização das

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

123 informações pela equipe técnica e também que o impacto da centralização no acesso dos  
124 usuários não seria tão grande, pois atualmente os horários já são agendados e em alguns  
125 CRAS já ocorre a necessidade de deslocamento com a utilização de transporte público. Após  
126 o debate e os esclarecimentos, o Conselho se manifestou favoravelmente à implementação  
127 da proposta apresentada. Na sequência, ainda Sandra Nishimura abordou o próximo ponto  
128 de pauta, relativo à proposta de transição SCFV da Unidade Luís de Sá. Iniciando a  
129 abordagem do tema, Sandra relembra o processo de reordenamento em curso quanto aos  
130 serviços de convivência e fortalecimento de vínculos mantidos pelo PROVOPAR, por meio do  
131 qual algumas unidades foram transferidas para outras mantenedoras. Dando continuidade  
132 aos estudos de viabilidade de redução do número de unidades mantidas pelo PROVOPAR,  
133 chegou-se à proposta da mudança da Unidade Luís de Sá – PROVOPAR para o Centro  
134 Social Marista – CESOMAR (atualmente Centro Social Irmão Acácio), com 100 metas a  
135 serem transferidas. A proposta é de desativação da unidade do Luis de Sá, garantindo-se o  
136 atendimento às crianças com ampliação das metas do CESOMAR. Foi manifestada  
137 preocupação com o atendimento às crianças e adolescentes que residem na região  
138 conhecida como fundo do Aquiles Stenghel, se teriam como acessar o serviço na unidade do  
139 CESOMAR. Discutiu-se a necessidade de analisar com as famílias e levantar de onde são,  
140 especificamente, as crianças e, ainda, de se debater com a entidade CEPAS, presente  
141 naquele território sobre a possibilidade de priorizar o atendimento a esse público quando da  
142 abertura de matrículas para o ano de 2016. Isso, porém, não resolve a questão da demanda  
143 reprimida na região citada, havendo a necessidade de se debater essas questões. Foi  
144 lembrado que o Sistema Municipal de Vigilância Socioassistencial deverá contribuir para o  
145 aprofundamento dessa leitura territorial. Gisele registra que demandas como estas foram  
146 levantadas quando da feitura do PPA, onde se propôs ampliar em 150 metas por ano os  
147 serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Entretanto, uma questão é a  
148 necessidade de se viabilizar estruturas físicas compatíveis com essas atividades nos locais  
149 onde a demanda é mais acentuada. Em razão disso a discussão de construção e reformas de  
150 equipamentos será levada para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do  
151 Adolescente, até porque há demandas já levantadas, como é o caso do Primavera. Márcia  
152 Valim coloca o cuidado que devemos ter com estes “bolsões” e a atenção que devemos ter  
153 com a construção de novas estruturas, pela dificuldade de trabalhadores necessários para  
154 que sejam mantidas em operação. Marcia Valim solicita que seja registrado em ata a  
155 diferença dos valores de reordenamento, especialmente, entre a área urbana e área rural.  
156 Esses valores têm seguido os padrões utilizados no financiamento do PROVOPAR, ou seja,  
157 para 2015 R\$ 122,97 de recursos municipais e R\$ 8,00 de recursos federais, por meta de  
158 atendimento. Para 2016 o valor médio estabelecido é de R\$ 130,34 de recursos municipais e  
159 R\$ 8,00 de recursos federais para cada meta de atendimento. Na zona rural, os atendimentos  
160 prestados pela Guarda Mirim nos distritos de Guaravera e Lerroville seguem o mesmo  
161 parâmetro de valor, pois estão sendo realizados mediante oficinas que não acontecem todos  
162 os dias. Já o atendimento prestado pela EPESMEL, em 2015, tem valor de R\$ 252,00 de  
163 recursos municipais e R\$ 8,00 de recursos federais e, para 2016, R\$ 267,12 de recursos  
164 municipais e R\$ 8,00 de recursos municipais, para atendimentos todos os dias na unidade de



**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

165 Paiquerê. E, tanto o debate com a estrutura, como o debate de valores deve ser debatido por  
166 este Conselho. Telcia coloca que este debate está aberto e é, de fato, pauta deste Conselho,  
167 que deve trabalhar com estas demandas. O debate segue com vários pontos debatidos e  
168 esclarecidos. Mencionou-se que o CEPAS fez manifestação solicitando aumento de 20 metas  
169 e que esse poderia ser debatido no escopo do reordenamento em curso, mas utilizando-se  
170 do saldo de R\$ 75.000,00 que ainda ficou sem destinação específica na Proteção Social  
171 Básica. Marcia Valim solicita que se observe que não estamos trabalhando com aumento de  
172 metas, mas, apenas, com remanejamento de metas. Gisele sugere que a Comissão analise  
173 as propostas apresentadas priorizando as que já estão sendo cofinanciadas e realize a  
174 análise técnica da proposta de ampliação, trazendo o resultado para que este Conselho  
175 delibere. O debate sobre este tema continua, especialmente sobre o financiamento e o  
176 número de metas, e outros pontos sendo debatidos, encaminhando-se quanto a essa  
177 questão específica da ampliação de metas que não deverá haver deliberação sobre essas  
178 questões sem saber se há demanda de ampliação em outras entidades. Sandra Nishimura  
179 passa a abordar a proposta de financiamento para o Convênio de Apoio Sócio Familiar para 3  
180 (três) equipes, informando que o PROVOPAR (atual parceiro nesse processo) manifestou  
181 preocupação, pois os valores destinados ao conveniamento de 2016 não cobrem as  
182 despesas estimadas para aquele exercício. Gisele coloca que a Comissão de Fundo trabalha  
183 este tema para fechamento das contas e que há um recurso anteriormente destinado para  
184 equipamentos, não executado, que pode manter-se livre, mas isso ainda depende de outras  
185 análises dos recursos para ser confirmado. Esse valor, caso de fato esteja livre, pode ser  
186 utilizado para cobrir o déficit deste Convênio. O debate é ampliado e vários pontos são  
187 esclarecidos. Ana Lúcia, representante da entidade, salienta a preocupação da diretoria em  
188 assumir o convênio com indicativo de déficit, aguardando ainda uma posição do Conselho.  
189 Após tal avaliação, propôs-se um caminho alternativo, tendo em vista a possibilidade de se  
190 viabilizar as contratações de servidores efetivos, ainda em 2016, para esse serviço. Sugeriu-  
191 se a manutenção do valor divulgado para o chamamento e que a entidade calculasse a  
192 manutenção de uma equipe por 12 meses e, o restante do recurso fosse aplicado para as  
193 outras duas equipes até o mês em que os valores fossem suficientes. Calcula-se que assim  
194 há a possibilidade de garantir o serviço até perto do final do ano, quando provavelmente já  
195 estarão em exercício os profissionais contratados. Estima-se que será possível, já em 2016,  
196 viabilizar a contratação das equipes de 2 (dois) CRAS, ficando apenas uma, ainda, como  
197 remanescente no convênio. Se isso se viabilizar como se propõe, poderá ser feito aditivo de  
198 redução dos valores a serem repassados à entidade, ajustando à quantidade de equipe que  
199 ainda se responsabilizará por prover. Retomada a discussão acerca das demandas de  
200 ampliação de metas, Karoline solicita que sejam observadas as metas atuais para que todas  
201 as entidades interessadas tenham a mesma oportunidade de participação. Estando todos os  
202 conselheiros devidamente esclarecidos acerca das propostas apresentadas, Karoline coloca  
203 em votação os seguintes pontos: 01) a centralização do Cadastro Único; 02) a proposta de  
204 transição SCFV da Unidade Luís de Sá – PROVOPAR para o Centro Social Marista –  
205 CESOMAR (atualmente Centro Social Irmão Acácio); 03) a proposta para o Convênio de  
206 Apoio Sócio Familiar. Depois deste amplo debate, as três propostas são aprovadas, com uma

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

207 abstenção registrada no segundo ponto de votação. Passa-se ao ponto de pauta  
208 **Capacitação** – Karoline pondera que a demanda está grande, mas que é necessário que se  
209 faça a capacitação ainda este ano e que a Comissão de Capacitação apresente até o dia 27  
210 de outubro uma proposta de capacitação para os Conselheiros. **Palavra aberta aos**  
211 **usuários** – Carlos informa que esteve em Curitiba na reunião do Conselho Estadual de  
212 Curitiba e que tem documentos para encaminhar para a Comissão de Fundos. **Informes** –  
213 Edna informa que amanhã, dia 23 de setembro, às 9h, será realizado o 2º Abraço do CEU,  
214 com os colégios e escolas da região, associação de moradores e sociedade em geral.  
215 Karoline informa a mudança de data da Conferência Estadual de Assistência Social; o debate  
216 que será realizado com os candidatos a Conselheiro Tutelar e a Eleição para Conselheiro  
217 Tutelar. Também é registrada a realização da Conferência Municipal da Pessoa com  
218 Deficiência no próximo sábado, dia 26. Karoline informa também que recebemos informações  
219 sobre o 15º Encontro Paranaense de Psicologia, os que desejarem mais detalhes podem  
220 solicitar folheto para a mesa diretora. Juliana registra que hoje (dia 22) começa a Conferência  
221 da Educação. Registre-se que a lista de presença é documento integrante desta ata. Sendo o  
222 que se tinha a ser discutido a reunião é encerrada às 11h25. E, sendo o que havia a ser  
223 relatado, eu, Eloyr Doin Pacheco, 1º Secretário deste Conselho, redijo a presente ata que  
224 será encaminhada para apreciação e aprovação.